



Comarca de Escada

| | |
|------------------------------------|--|
| Código de referência: | BR PEMJ ESC |
| Título: | Comarca de Escada |
| Data(s): | 1817 1837 1842 1844-1900 1901-1910 1914-1917 1919-1928 1930-1935 1937-1938 1941-1942 (datas de produção) |
| Nível de descrição: | Fundo |
| Dimensão e suporte: | Textuais, 6,08 metros lineares ou 32 caixas-arquivo de papelão. |
| Nome(s) do(s) produtor(es): | Comarca de Escada, 1873- |
| História adm./biografia: | <p>As origens históricas do rico e florescente município da Escada remetem-se a uma aldeia de índios das tribos Meriquitos, Potiguares e Tabaiars, fundada em época muito remota, porém existente em 1685 com a denominação de Aldeia de Nossa Senhora da Escada de Ipojuca. O governador da província de Pernambuco, João da Costa Souto Maior, escreveu uma carta ao sargento-mor, comandante da Aldeia, determinado-lhe que fizesse os índios abandonarem o mato para se recolherem aos ranchos de Aldeia, continuarem com as obras da igreja e cuidarem da lavoura. Ao mesmo tempo, o governador dava várias instruções sobre o bom regime moral e vida cristã dos índios. Situada a aldeia à margem esquerda do rio Ipojuca, na distância de 10 léguas da praça do Recife, e incumbida aos padres da Madre de Deus a direção espiritual dos índios, reza a tradição que erigiram logo aqueles padres um oratório no alto da colina ao redor da qual estendia-se o aldeamento, para cuja subida executaram uma escala de degraus cavados na argila e que desta circunstância vem a denominação de Nossa Senhora da Escada dada à Padroeira do Oratório, apesar de ter ela a invocação de Nossa Senhora da Apresentação. Em 1757, segundo relata Sebastião Galvão, tendo em vista documentos vários, observa-se que a aldeia já era povoação. Aumentando dia-a-dia a população do povoado, não apenas de índios, mas de colonos que para ali acorriam em busca de terras tão férteis.</p> <p>Formação Administrativa Distrito criado com a denominação de Escada por Carta Régia de 27-04-1786 e por lei municipal de 06-03-1893, subordinado ao município de Cabo. Elevado à condição de vila com a denominação de Escada pela lei provincial nº 326, de 19-04-1854, desmembrado de Cabo. Constituído do distrito sede. Instalado em 09-10-1854. Elevado à condição de cidade e sede do município com a denominação Escada pela lei provincial nº 1093, de 24-05-1873. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de 2 distritos: Escada e Frecheiras. Em divisões administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 2 distritos: Escada e Freixeiras. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 2 distritos: Escada e Freixeiras ex-Freixeiras.</p> |

| | |
|--|---|
| | Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Escada e Frexeiras. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. A comarca de Escada foi criada pela Lei Provincial nº 1093, de 24 de maio de 1873. |
| Procedência: | Arquivo da Comarca de Escada |
| Âmbito e conteúdo: | O fundo é constituído por processos judiciais, contendo documentos das áreas cível e criminal. |
| Sistema de arranjo | O acervo está ordenado cronologicamente, subdividido em duas áreas: cível e criminal. O arranjo foi organizado da seguinte forma: cada comarca corresponde a um fundo e cada vara a uma seção; as séries são constituídas por tipos documentais, ou seja, no caso de documentação processual a série é processo judicial e a subsérie cada tipo de ação ou recurso. |
| Condições de acesso | Sem restrição de acesso |
| Condições de reprodução | Os documentos podem ser reproduzidos por via fotográfica, sendo necessária a assinatura de um termo de cessão de uso de imagens. |
| Características físicas e requisitos técnicos | Apresenta documentos com escrita antiga, sendo necessários conhecimentos em leitura paleográfica para muitos dos processos do século XIX. |
| Instrumentos de pesquisa | Listagem em ordem cronológica e por área (cível ou criminal). |
| Unidades de descrição relacionadas | O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano possui parte do acervo processual original de algumas comarcas, bem como o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – PE, e esses documentos não estão à disposição no Memorial para leitura em forma reproduzida. |
| Notas gerais | Para o preenchimento do elemento história administrativa/biografia foram utilizadas informações da seguinte fonte: http://www.citybrazil.com.br/pe/escada/historia-da-cidade |
| Nota do arquivista | Descrição revista e preparada por Mônica Pádua, historiadora e especialista em Arquivo do Memorial da Justiça. |
| Regras ou convenções | Descrição baseada em: Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. |
| Data(s) da(s) descrição(ões) | 26 de fevereiro de 2010. |